

Fim de ano com menos crescimento

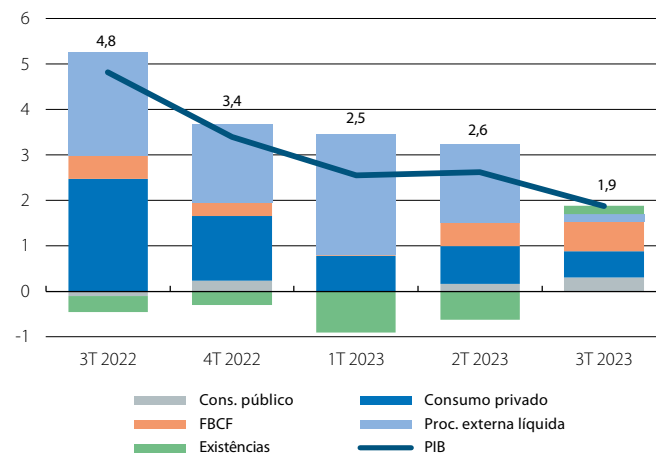
INE confirma contração de 0,2% do PIB no 3T e abrandamento do crescimento homólogo para 1,9%. A queda em cadeia do PIB resultou de um contributo de -1,3 pontos percentuais da procura externa, via contração das exportações (-2,3%), com quebras tanto na componente de bens como de serviços: a primeira recuou 1,4% e a segunda 3,9%; a quebra nos bens pode ser explicada pela paragem de produção, durante duas semanas, da Autoeuropa, sendo por isso um efeito parcialmente temporário. Por sua vez, a procura interna melhorou o seu contributo para o PIB para +1,0 p. p. (dos quais +0,4 p. p. vindos do aumento dos *stocks*), com avanço de 0,6% da FBCF (-0,6% no 2T) e de 0,5% do consumo privado (-0,5% no 2T), por melhor desempenho do consumo de bens não duradouros e serviços, que avançou 1%, e do consumo público que cresceu 0,9% (0,4% no 2T). Este dado, coloca algum risco à previsão do BPI Research para o crescimento no conjunto do ano (2,4%), apesar dos indicadores relativos ao último trimestre do ano apontarem para aceleração. De facto, melhorou o indicador de clima económico em novembro (em todos os setores exceto construção) e acelerou o crescimento médio homólogo do indicador diário de atividade do Banco de Portugal nos dois primeiros meses do 4T face ao 3T: +4,4% homólogo, acima dos 2% no 3T. Por sua vez, a confiança dos consumidores voltou a piorar.

Inflação em forte baixa. Os últimos dados são muito positivos, com a estimativa rápida de novembro a apontar para uma taxa de inflação global de 1,6%. O trajeto para valores abaixo dos 2% deu-se mais rápido do que era esperado, principalmente com a dinâmica forte de redução dos últimos dois meses a surpreender; e é preciso recuar a outubro de 2021 para encontrar uma taxa inferior a 2%. O INE menciona que o dado de novembro é potenciado pelo efeito de base nos preços alimentares (que subiram mensalmente 1,7% em novembro de 2022) mas o movimento descendente de preços está disseminado pelo cabaz (inflação subjacente recuou -0,2% mensalmente). Já esperávamos taxas de inflação negativas na energia, mas os preços do Brent têm sido inferiores ao que prevíamos (mesmo depois do episódio de perturbação desencadeado pelo conflito entre Israel e Hamas), o que também tem potenciado a redução mais acelerada do índice. Chegados a este ponto, é de esperar uma inflação média em 2023 inferior à nossa previsão atual (4,6%).

O mercado de trabalho está a perder ímpeto no final do ano. São vários os indicadores mensais a apontar neste sentido: o emprego voltou a aumentar em outubro face ao mês homólogo (1,1%) mas está em desaceleração, ao mesmo tempo que registou uma queda em cadeia (-0,2%) e deixou para trás o máximo histórico mensal, atingido em agosto (-33.800 pessoas empregadas face a esse pico). Por sua vez, a taxa de desemprego aumentou 0,1 p. p. para 6,7%, o que representa um aumento de 0,6 p. p. na comparação homóloga; ainda assim, permanece em níveis historicamente baixos e em linha com a média de 2019. Ao mesmo tempo, o desemprego registado

PIB real: contributo das componentes e crescimento homólogo

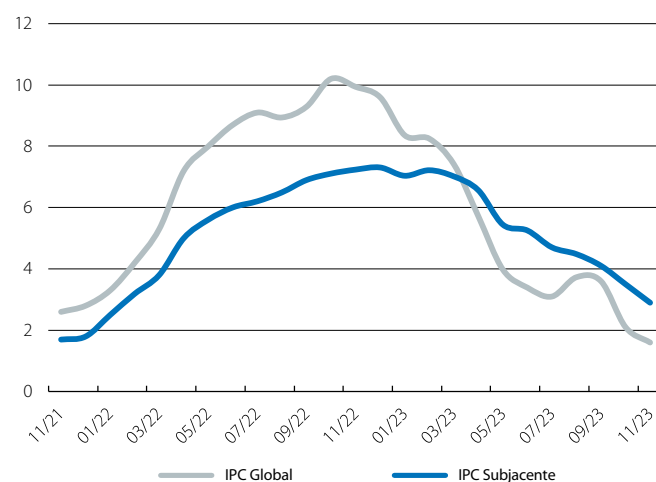
Taxa de variação (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Inflação: global e subjacente

Var. homóloga (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Indicadores mensais do mercado de trabalho

(Milhares de indivíduos, exceto quando indicado o contrário)

	Média no mês de outubro dos 5 anos pré-pandemia	Outubro 2023	Outubro 2022
Emprego (INE)	4.577	4.930	4.878
Desemprego (INE)	458	353	318
Taxa desemprego (%)	9,1	6,7	6,1
Desemprego registado	414	303	289
Ofertas de emprego (milhares de ofertas)	19,9	14,9	17,5
Emprego registado na Seg. Social *	3.402	4.141	4.015
Layoff (número de indivíduos)	879	10.426	2.895
Prestações subsídio desemprego	199	170	162
Despedimentos coletivos *	3,4	2,4	2,2

Nota: * Os dados para os despedimentos coletivos dizem respeito ao acumulado no ano até setembro; o emprego registado na Segurança Social também é relativo a setembro.

Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE, BdP, IEFP e Segurança Social.

aumentou em outubro pelo quarto mês consecutivo, em termos trimestrais e homólogos (1,1% e 4,9%, respetivamente); ocorreu uma queda expressiva das ofertas de emprego, cerca de 14.900 ofertas, abaixo da média histórica registada nos 5 anos pré-pandemia e da média de 2022 (19.880 e 18.630, respetivamente). Por fim, também os indicadores de *layoff* reforçam o menor dinamismo do mercado de trabalho: atingiu mais de 10.400 pessoas em outubro, o mais alto desde maio 2022 e superando a média registada em outubro nos 5 anos pré-pandemia (879 pessoas).

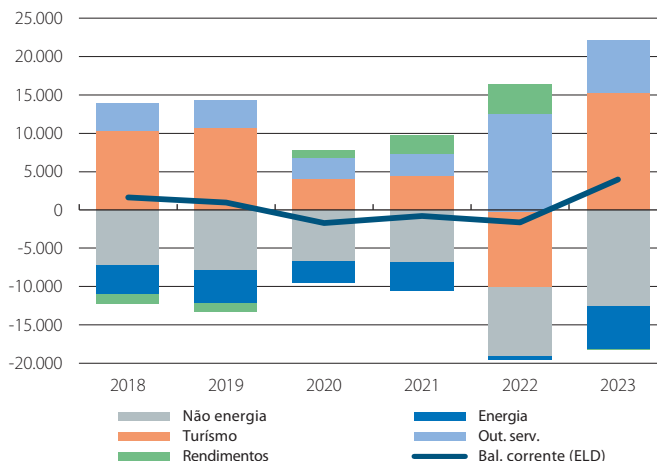
Balança corrente continua a recuperar. No acumulado do ano até setembro registou um excedente de 3.943,4 milhões de euros, uma melhoria de 6.890,2 milhões de euros face a setembro 2022, continuando a beneficiar da melhoria do défice da balança energética (via redução dos preços) e melhoria do excedente da balança de serviços, tanto na vertente turismo, como outros serviços. Assim, o défice da balança energética reduziu, face ao período homólogo, cerca de 3,8 mil milhões de euros; e os excedentes turísticos e nos restantes serviços aumentaram, em ambos os casos, cerca de 2,7 mil milhões de euros. Em percentagem do PIB, estimamos que, neste período, a balança corrente registe um excedente de 2,0%.

3T 2023 com avanços e recuos no setor turístico. No acumulado até setembro de 2023 os proveitos totais em estabelecimentos de alojamento turístico ascenderam a mais de 4,8 mil milhões de euros, o valor mais elevado de sempre no período e superior a 2022 em mais de 800 milhões. No terceiro trimestre do ano, em agosto, foi estabelecido uma nova marca record ao nível das dormidas – superaram as 10 milhões. Não obstante, nem todos os registos são brilhantes. No turismo de residentes, o 3T 2023, face ao período homólogo de 2022; registou uma estagnação ao nível do número de turistas e recuo ao nível das dormidas (-4%). O ano turístico de 2023 deverá superar o pré-pandemia nos principais indicadores de referência, mas para 2024 antecipa-se um crescimento mais modesto indissociável do abrandamento da atividade económica.

O contexto interno e internacional mais incerto contribui para o agravamento dos riscos para a estabilidade financeira. No último relatório referente ao tema, o Banco de Portugal destaca a possibilidade de aumentos de incumprimento, aumento de custo de financiamento do Estado, correção dos preços do imobiliário, como alguns dos desenvolvimentos que poderiam aumentar os riscos para o setor bancário e a estabilidade financeira. Todavia, são mencionados também importantes mitigantes destes riscos, com destaque para a avaliação mais positiva do *rating* da dívida pública portuguesa, a redução do endividamento público e privado levada a cabo nos últimos anos, a robustez do mercado de trabalho num contexto de escassez de mão-de-obra ou as medidas macroprudenciais implementadas previamente. Entretanto, a carteira de crédito ao sector privado não financeiro caiu pelo 7º mês consecutivo em outubro (-2,3% homólogo), especialmente perante a queda da carteira de crédito à habitação (-1,2%) e das empresas não financeiras (-4,3%).

Balança corrente

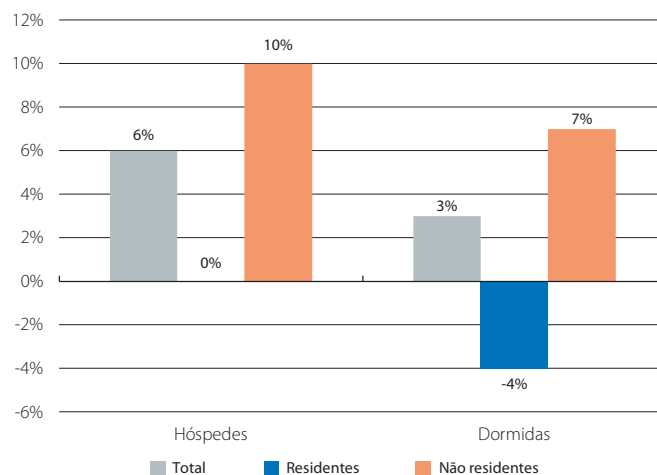
Ytd setembro, milhões de euros



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Hóspedes e dormidas

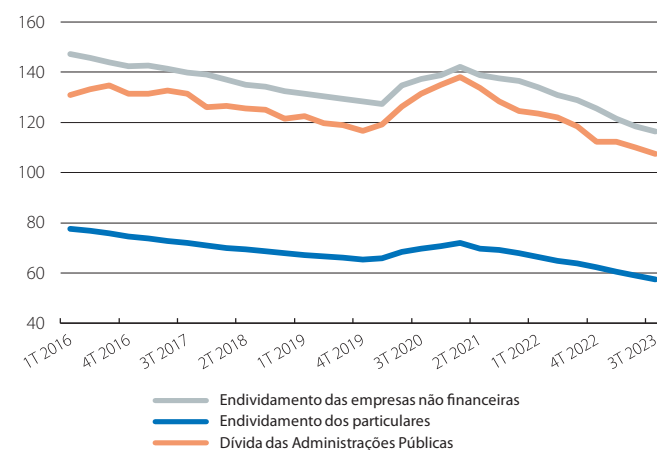
Variação 3T 2023 vs 3T 2022



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Dívida das Administrações Públicas e endividamento do sector privado não financeiro

(% PIB)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do Banco de Portugal.

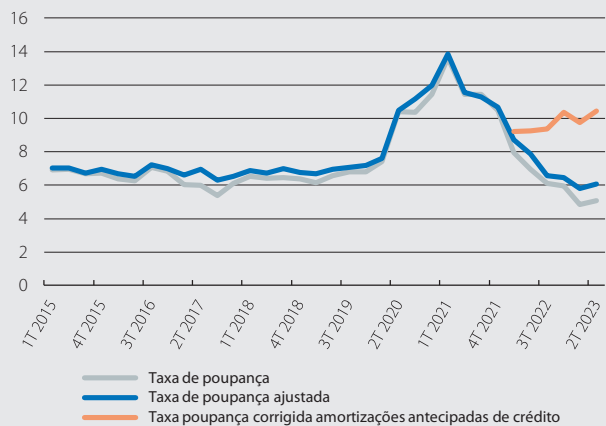
Famílias canalizam poupança para reduzir dívida

A taxa de poupança no ano terminado no 2T 2023 representava 5,7% do rendimento disponível das famílias portuguesas, um pouco melhor do que no trimestre anterior, mas muito próximo dos mínimos históricos. Mas estes números à primeira vista pouco animadores escondem decisões das famílias na utilização das poupanças acumuladas durante a pandemia que vão para além da sua utilização para contornar o ambiente de inflação mais elevada a que assistimos desde o ano passado. Desta utilização destaca-se a decisão de amortização de crédito para compra de casa própria, que desde o início de 2022 até junho de 2023, ascendeu a 11,3 mil milhões de euros. Se as famílias tivessem optado por preservar este valor sob a forma de poupança, teríamos a taxa de poupança em 10,4%, praticamente o dobro da taxa de poupança oficial e muito próxima do que era a taxa de poupança no início de 2020.

No ano terminado no 2T, a poupança das famílias era de 9,7 mil milhões, cerca de menos 2 mil milhões do que há um ano atrás e reflete uma redução dos ativos das famílias em 4,4 mil milhões e dos passivos em 2,5 mil milhões de euros. Do lado dos ativos, observa-se que os valores investidos em ativos reais – maioritariamente habitação – não se alteraram significativamente, mas que houve uma queda significativa dos fundos aplicados em ativos financeiros; esta redução é explicada pela queda de aplicações em depósitos, cerca de menos 5,7 mil milhões, em parte por transferência de poupança para certificados de aforro do Estado, com melhores taxas de remuneração, na altura,

Taxa de poupança das famílias

(% do rendimento disponível bruto)



Fonte: BPI Research, com base em dados do Eurostat e INE.

comparativamente aos depósitos bancários; também se explica pela utilização de poupanças na amortização antecipada de crédito à habitação, que no ano terminado no 2T ascenderam a 8,2 mil milhões de euros. Este facto, é corroborado pelo andamento dos passivos das famílias, que se reduziram em 2,5 mil milhões, por redução da dívida financeira (empréstimos) em 4,5 mil milhões (compensada por aumento de outros passivos financeiros, que refletirão, para além dos passivos associados a atividades de trabalhadores independentes, o aumento dos juros devidos, via aumento das taxas de juro).

Origem e aplicação de fundas das famílias

Milhões de euros

				Acumulado 4T		Valores semestrais		
	2015-2019	2021	2022	2T 2022	2T 2023	1S 2022	2S 2022	1S 2023
Poupança das famílias	9.427	16.313	10.754	11.611	9.735	4.446	6.308	3.427
Ativos	9.702	20.564	16.149	16.945	12.523	7.828	8.321	4.202
Investimentos em ativos reais	6.058	8.621	9.676	9.378	9.124	4.961	4.715	4.409
Saldo das transferências de capital	-591	-740	-702	-694	-750	-285	-417	-333
Aquisição líquida de ativos financeiros	4.235	12.683	7.175	8.262	4.150	3.152	4.024	126
dos quais: numerário e depósitos	3.487	11.573	9.549	11.993	-5.731	7.481	2.069	-7.799
dos quais: certificados de aforro/tesouro	2.300	536	4.551	311	15.174	25	4.526	10.648
Passivos	275	4.251	5.395	5.334	2.789	3.382	2.013	775
Dívida financeira	-453	4.809	4.390	5.440	906	2.764	1.626	-721
Outros passivos financeiros	728	-558	1.005	-106	1.883	617	387	1.496
por memória:								
reembolsos antecipados			6.503		8.192	3.112	3.390	4.801
Rendimento disponível bruto	136.548	153.832	166.374	159.199	171.729	79.823	86.550	85.178

Fonte: BPI Research, com base em dados do BdP e INE.

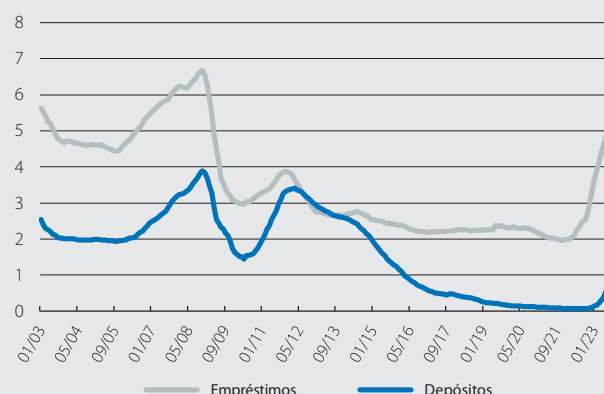
A opção pela amortização antecipada de empréstimos para compra de casa¹ tem vindo a aumentar desde o início de 2022, tendo atingido os 4,8 mil milhões no primeiro semestre de 2023, depois de no primeiro e segundo semestres de 2022 ter atingido os 3,1 e 3,4 mil milhões de euros, respetivamente. A preferência das famílias reflete por um lado, o encarecimento do custo dos empréstimos, maioritariamente contratados a taxa variável, não acompanhado pela remuneração dos depósitos bancários, principal instrumento de poupança das famílias.

Esta opção por reembolso antecipado dos empréstimos para compra de casa, foi um importante contributo para a redução da dívida das famílias, que no 1S 2023 era de 146,3 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 58% do PIB, muito próximo do rácio de endividamento da Zona Euro.

Em suma, a redução da poupança das famílias explicada pelo reembolso antecipado de empréstimos é sem dúvida uma boa notícia, reduzindo a pressão sobre os orçamentos familiares resultante do encarecimento dos custos com o serviço da dívida, que estas continuarão a enfrentar em 2024. Mas é importante ter presente, que os empréstimos das famílias junto dos bancos ainda representam cerca de 75% do seu rendimento disponível (60% crédito à habitação), pelo que o efeito de taxas de juro mais altas nas prestações associadas aos empréstimos ainda se vai continuar a fazer sentir de forma não displicente, sendo por isso natural que uma parte importante do aumento real do rendimento disponível estimado pelo Banco de Portugal em 2024 (1,8%) deva ainda ser canalizado para honrar os compromissos financeiros assumidos pelas famílias, deixando pouco espaço para consumo adicional. Adicionalmente, num ambiente menos otimista do ponto de vista económico que se advinha em 2024 e dado o provável esgotamento do espaço de crescimento do emprego, que se encontra em níveis históricos máximos, as famílias deverão adotar comportamentos mais cautelosos, aliás como já começou a tornar-se evidente no 3T de 2023. Neste cenário torna-se mais provável que as famílias optem por incrementar as suas poupanças, de forma a beneficiarem de uma almofada mais confortável na eventualidade de um cenário económico menos positivo. Tendo por base a previsão do BPI Research para a evolução do rendimento disponível nominal² e considerando estabilização da taxa de poupança em 2023 nos 5,7% (dado do 1S 23), a hipótese de aumento da taxa de poupança em 1 ponto percentual em 2024 teria como consequência uma desaceleração do consumo de cerca de 1 ponto percentual. Representando o consumo cerca de 65% do PIB e dado que a componen-

Taxas de juro dos stocks de empréstimos e depósitos

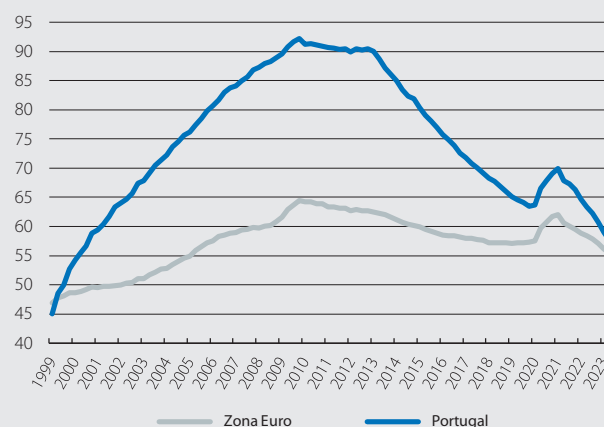
(%)



Fonte: BPI Research, com base em dados do BdP.

Endividamento das famílias

(% do PIB)



Fonte: BPI Research, com base em dados do Eurostat.

te importada do consumo se estima em cerca de 25%, este aumento da taxa de poupança em 1 p. p. teria um impacto de cerca de menos 0,45 p. p. no PIB. Este constitui um fator de risco adicional ao crescimento de curto prazo (2024) ainda que a médio longo prazo pudesse reforçar o *output* potencial.

Teresa Gil Pinheiro

1. Informação disponível apenas a partir de dezembro 2021.

2. Ver Dossier no IM 11 sobre perspetivas para 2024.

Desvendando o enigma da produtividade: produtividade intrassectorial ou especialização do emprego?

Portugal continua a destacar-se de forma negativa entre os congêneres europeus no nível de produtividade. Em 2019, ocupava a 9ª pior posição no conjunto dos países da UE, com cada pessoa empregada a produzir o equivalente a 26.500 euros,¹ substancialmente abaixo do registado, por exemplo, pela Espanha (43.400 euros) ou a Estónia (que, em 2010, tinha um nível de produtividade 18% inferior ao de Portugal e que, em 2019, se encontrava 23% acima, com cada trabalhador a produzir o equivalente a 32.700 euros). Apesar de não deixar de ser relevante o aumento verificado nestes 10 anos (a produtividade em Portugal aumentou ligeiramente acima de 10%, o que implica um aumento médio anual em torno dos 1%), também não é displicente mencionar que este foi o 4º pior desempenho entre os países da União Europeia.

A produtividade total da economia pode melhorar por duas vias: melhoria da produtividade nos vários sectores de atividade económica ou movimentos do emprego de sectores menos produtivos para sectores com maior nível de produtividade. Este artigo pretende analisar o que estará na base da melhoria da produtividade entre 2010 e 2019 em Portugal.

A melhoria da produtividade individual dos vários sectores económicos é o principal trunfo...

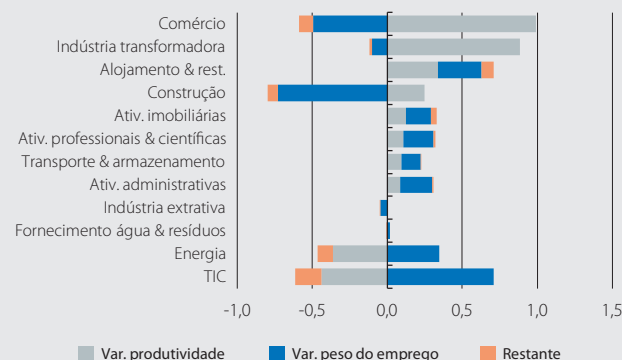
Em Portugal, a melhoria da produtividade total da economia entre 2010 e 2019 ocorreu tanto pela melhoria da produtividade em praticamente todos os sectores económicos, como pela alteração da estrutura do emprego, ainda que a melhoria da produtividade sectorial explique a maior proporção.

O primeiro gráfico ajuda a perceber que o comércio foi o sector que mais contribuiu para o aumento da produtividade no período de análise, com o valor acrescentado bruto (VAB) a aumentar mais de 18% e o emprego a cair 0,5%. O comportamento da produtividade no comércio foi seguido de perto pela indústria transformadora, com aumentos do VAB e emprego de cerca de 25% e 8%, respetivamente. Adicionalmente, o alojamento & restauração e a construção, por esta ordem, tiveram contributos positivos para a melhoria da produtividade, embora em menor dimensão do que os dois sectores mencionados anteriormente.

1. A análise feita neste artigo incide apenas nos sectores que compõem a economia de mercado considerada pelo Eurostat e excluindo as atividades financeiras & seguros, o que implica que as Administrações Públicas e agricultura & pesca estão também excluídos. A escolha deste período temporal decorre da informação disponível nas estatísticas estruturais das empresas do Eurostat, disponíveis apenas até 2020, um ano excluído da nossa análise por causa das distorções provocadas pela pandemia.

Contribuição de cada fator e sector para o aumento da produtividade total entre 2010 e 2019

(Euros por trabalhador)

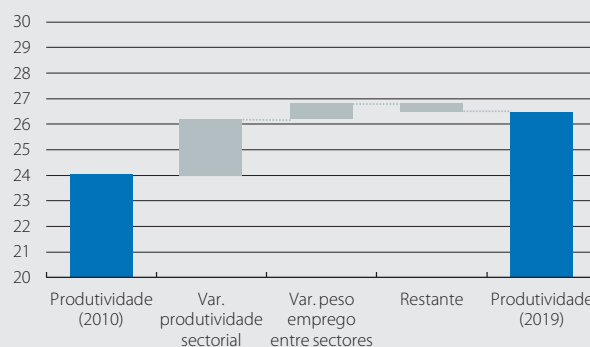


Nota: O aumento de produtividade entre 2010 e 2019 foi de 10,3%. Este gráfico mostra a contribuição de cada fator e sector de actividade para esta variação.

Fonte: BPI Research, com base nos dados do Eurostat.

Decomposição do incremento da produtividade em Portugal entre 2010 e 2019

(milhares de euros, por trabalhador)



Nota: Desagregámos o aumento da produtividade entre 2010 e 2019 entre (1) a variação da produtividade dentro de cada sector e (2) a variação do peso do emprego nos sectores de actividade.

Fonte: BPI Research, com base nos dados do Eurostat.

Por outro lado, houve dois sectores com contributos negativos para a produtividade de Portugal: as TIC e o fornecimento de energia. No primeiro caso, tanto o VAB como o emprego aumentaram de forma expressiva, mas o aumento do emprego foi claramente superior, de quase 54%. No segundo caso, o emprego aumentou de forma significativa, mas o VAB da energia diminuiu ligeiramente. No entanto, apesar da queda da produtividade verificada neste período, superior a 20% nos dois casos, estes dois sectores continuam a ser os mais produtivos da economia portuguesa, destacando-se largamente face à produtividade total.

Importa ainda destacar que, para além destes dois sectores, o sector de fornecimento de água & resíduos, transporte & armazenamento, atividades imobiliárias e in-

dústria transformadora apresentavam um nível de produtividade que excedia a produtividade total nacional. Adicionalmente, em 2019, mais de 95% da população empregada fazia parte de sectores onde o nível de produtividade tinha aumentado, o que corresponde também a cerca de 87% do VAB registado nesse ano.

...mas a alteração da composição sectorial do emprego também joga a favor

O contributo da alteração da composição sectorial do emprego é menor do que o efeito mencionado anteriormente, mas também é positivo, e isto é distinto do que aconteceu, por exemplo, com Espanha.² Isto significa que se a estrutura do emprego que se observava em 2010 se tivesse mantido inalterada em 2019, a produtividade total nacional seria 1,5% inferior (ou seja, em vez de cada trabalhador produzir o equivalente a 26.500 euros, produziria 26.100 euros).

Esta situação explica-se, principalmente, pelo aumento do emprego nas TIC,³ o segundo sector com maior nível de produtividade por trabalhador (105% acima da produtividade nacional). Ainda que em menor dimensão, também os aumentos do emprego na energia e no alojamento & restauração tiveram um contributo positivo para o aumento da produtividade. Por outro lado, os sectores da construção e do comércio contribuíram de forma negativa, isto porque se verificou uma queda do emprego nestes dois sectores e na consequente redução do peso do emprego no total.

Esta análise da composição do emprego permite-nos ir mais longe nas nossas conclusões; de facto, a alteração sectorial do emprego podia ter tido um impacto mais positivo caso o crescimento do emprego fosse canalizado para sectores mais produtivos. A título de exemplo, no limite, se o emprego criado no sector do alojamento & restauração tivesse sido canalizado para um sector mais produtivo, por exemplo, as TIC, o aumento da produtividade poderia ter atingido os 15%.

A comparação com a Finlândia coloca-nos em má posição

O aumento da produtividade da economia portuguesa entre 2010 e 2019 (de 10,3%) fica abaixo do aumento verificado na economia finlandesa (de 13,4%) em igual período.⁴

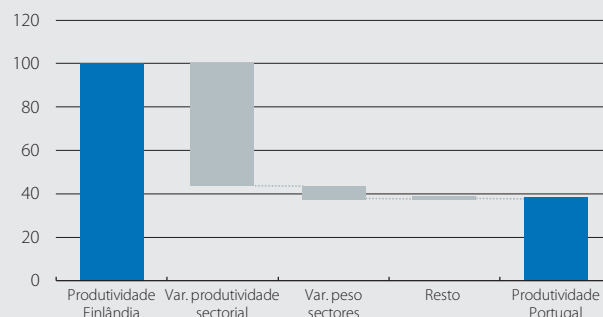
2. A alteração da composição sectorial do emprego em Espanha teve um contributo negativo, de -1,2 p. p. para a evolução da produtividade total no país, ou seja, a produtividade em 2019 teria sido 1,2% superior caso a estrutura do emprego de 2010 se tivesse mantido. Para mais informações, ver focus «A especialização sectorial penaliza a produtividade da economia espanhola», do IM11/2023.

3. O emprego neste sector passou de 2,5% do emprego total da economia em 2010, para 3,5% em 2019.

4. A escolha da Finlândia para comparação com Portugal é explicada pelo peso semelhante que o PIB de ambos os países tem face ao conjunto da Zona Euro e por partilharem também a moeda única.

Portugal e Finlândia: decomposição do diferencial de produtividade em 2019

(p. p.; Finlândia = 100)



Nota: Desagregámos o diferencial da produtividade entre Portugal e Finlândia entre (1) a diferença de produtividade de cada sector e (2) a diferença do peso do emprego dos distintos sectores de atividade.

Fonte: BPI Research, com base nos dados do Eurostat.

Isto significa que o diferencial de produtividade registado em 2010 entre as duas economias (a produtividade da economia portuguesa era cerca de 60% inferior à finlandesa) se agravou neste período (para -60,9%).

A grande maioria deste diferencial é explicado pela menor produtividade dos sectores de atividade em Portugal. As maiores diferenças verificam-se na indústria transformadora, comércio e construção, com os sectores mais próximos em termos de produtividade a ser a indústria extrativa e o fornecimento de energia. Se Portugal tivesse a especialização laboral da Finlândia, a produtividade da economia portuguesa seria 13,5% superior, ou seja, o diferencial de produtividade para a economia nórdica reduziria-se para 55,6% (ainda assim, manter-se-ia um *gap* consideravelmente elevado). No entanto, se os sectores económicos em Portugal tivessem uma produtividade equivalente à registada nos mesmos sectores na Finlândia e se mantivéssemos a estrutura do emprego de Portugal em 2019, o diferencial face ao país finlandês reduziria para cerca de 6%.

Em suma, Portugal enfrenta desafios significativos em relação à produtividade, revelando falta de capacidade de geração de valor e uma disparidade notável quando comparado com outros países europeus. Esta análise destaca a necessidade premente de estratégias e investimentos direcionados para impulsionar o desempenho económico do país e a melhoria do nível de vida da população. De facto, é urgente uma mudança: se, nos próximos 10 anos, a produtividade nos vários países europeus evoluir ao mesmo ritmo do verificado entre 2010 e 2019, Portugal cairia para a 2ª pior posição, apenas à frente da Grécia.

Vânia Duarte

A fileira industrial do tomate em Portugal: retrato breve

Globalmente, cerca de 40 milhões de toneladas de tomate são cultivadas e canalizadas para a indústria que produz tomate enlatado, polpa, concentrado e molhos, como o ketchup, por exemplo. Esta produção é sobretudo realizada no hemisfério norte e está bastante concentrada: 83% da produção anual é feita em 10 países e entre eles está Portugal.

No país, existem 9 empresas industriais (de origem nacional e espanhola) que transformam tomate e uma delas é considerada a maior da Europa em termos de volume de transformação. Na campanha de 2022 foram 41 os produtores agrícolas que abasteceram estas indústrias.¹ A maioria desta oferta é aderente a Organizações de Produtores com dimensão relevante e que atuam em parcerias com a indústria numa base contratual com benefícios mútuos de garantia de disponibilidade de produto, de escoamento e estabilidade de preços. As características do clima e solo são apontadas como uma vantagem comparativa do país neste setor, permitindo obter um fruto de melhor qualidade e nível de maturação.

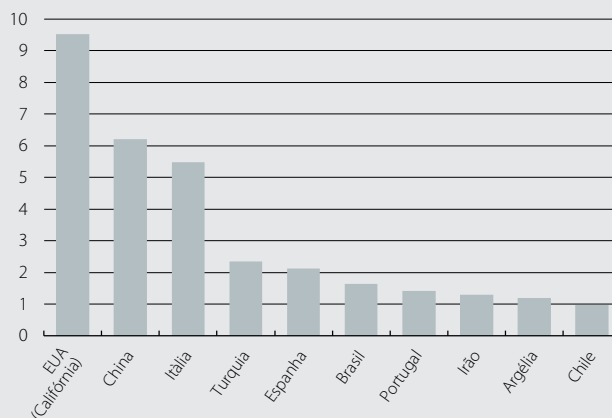
De seguida, enquadrámos esta atividade no contexto do agroalimentar nacional, a sua evolução recente e as perspetivas para 2023.

As principais métricas do setor

A superfície associada à produção de tomate para a indústria ascendeu em 2022 a 15.193 hectares, o que representa apenas 1,3% da superfície total alocada às principais culturas agrícolas, onde se destaca o Olival e a Vinha (32,2% e 14,9% da superfície total, respetivamente). Isto acontece porque esta produção está quase exclusivamente concentrada na região agrária do Ribatejo e Oeste² e mesmo nesta região ela corresponde apenas a 9% da superfície cultivada. Contudo, se excluirmos as plantas forrageiras, o cultivo de tomate para a indústria é a maior cultura agrícola do país (20% do total de tonelagem produzida), o que

Volume de tomate processado em 2022

Milhões de toneladas



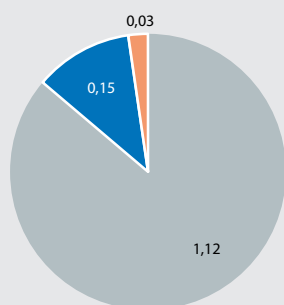
Fonte: BPI Research, a partir de dados do World Processing Tomato Council.

deriva de ser também a cultura com maior produtividade (84.135 quilos por hectare).

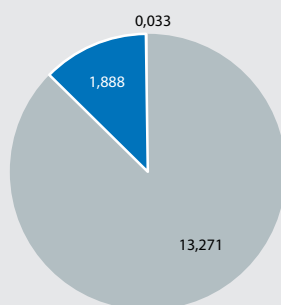
Com efeito, é de assinalar o aumento da produtividade neste setor. A série história mostra que a média de kg/ha subiu de 48 mil no período de 1986 a 1999, para 78 mil no período entre 2000 e 2010 (+60%) e finalmente para 87 mil no período entre 2010 e 2022 (+11%). Esta evolução insere-se num movimento mais geral de melhoria tecnológica que ocorreu na agricultura portuguesa, e no caso deste setor, também é justificado pela introdução de variedades de tomate com maior potencial produtivo.

As exportações de tomate (e produtos derivados) representam apenas 6,3% da soma das exportações de produtos vegetais e da indústria alimentar (e de bebidas) mas o setor empresta um contributo muito positivo às contas externas: o valor das exportações ascendeu a 470 milhões de euros em 2022 aportando um saldo favorável de 369 milhões de euros à balança comercial. Isto aconteceu num

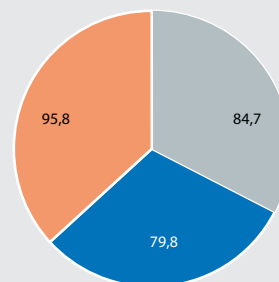
Produção (mil ton)



Superfície (mil ha)



Produtividade (mil kg/ha)



■ Ribatejo e Oeste ■ Alentejo ■ Beira Litoral

Fonte: BPI Research, a partir de dados do INE.

1. Dados do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
2. Perto de 90% do total.

contexto em que a quantidade de tomate produzida se reduziu, mas a quantidade exportada face a 2021 aumentou 6% e o valor exportado expressivos 35%, pela via do aumento de preço. A redução da quantidade produzida na Península Ibérica (mas também na Itália e nos EUA) ao que se juntou a escassez de *stocks* de campanhas passadas e o aumento generalizado de custos de produção, culminou na subida acentuada de preços no setor – quer nos preços que os agricultores contrataram com as empresas que processam tomate, quer nos preços ao consumidor.

No caso da relação agricultor-indústria podemos atestar este aperto na disponibilidade de produto quando comparamos a campanha portuguesa de 2022 com a do ano que a precedeu. Em 2021 a quantidade recebida excedeu a quantidade contratada com os agricultores e em 2022 deu-se o inverso. De facto, a quantidade recebida em 2022 foi não só inferior à contratada nesse ano (-13%) como inferior à recebida em 2021 (-19%).

Perspetivas para 2023

Para a campanha deste ano é esperada uma produtividade e uma produção maior comparativamente a 2022. Conforme menciona o INE no seu boletim de previsões agrícolas,³ as culturas de primavera/verão apresentavam um regular desenvolvimento. Ainda assim, no caso do tomate para a indústria, a produtividade deverá ser igual à média dos últimos anos devido à onda de calor de junho que provocou algum aborto na floração. Em concreto: espera-se uma produtividade de 88.500 kg/ha, superior em 10% a 2022 mas no mesmo nível da média 2018-2022. Por outro lado, os dados da produção contratada entre a indústria e as associações de produtores também aumentaram face ao ano anterior – a indústria contratou 1,67 milhões de toneladas – uma quantidade superior em 8% ao contratado o ano passado e 19% acima daquilo que efetivamente foi entregue pelos agricultores à indústria.

No campo dos preços a tendência também é positiva. O Índice de preços de produtos agrícolas no produtor mostra que em 2022 a inflação dos preços na produção de tomate foi na ordem dos 30%. Os últimos dados⁴ indicam uma inflação homóloga deste índice de -24% e uma inflação média de -3,9% nos últimos 12 meses. Isto, juntamente com o facto de termos um elevado grau de autoabastecimento de tomate, faz com que também os preços no consumidor tenham desanuviado: em meados de agosto o preço por quilograma de tomate já desceu cerca de 33% face aos valores mais elevados registados em 2022.⁵

Em suma, o setor da indústria agroalimentar do tomate deverá registar um ano mais favorável beneficiando do abrandamento dos custos de produção e melhoria da produtividade, à semelhança do que acontece em outras culturas.⁶

Tiago Belejo Correia

3. Julho de 2023.

4. Junho 2023.

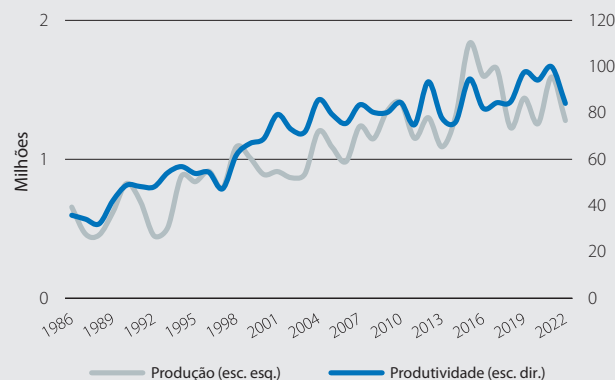
5. Os dados são do Observatório de Preços Agroalimentar do GPP – Gabinete de Planeamento, políticas e Administração Geral. Apenas dispomos de dados para o preço do tomate e não para os produtos derivados que são transformados pela indústria.

6. Ver artigo no IM11 de 2023 - «Setor Agroalimentar: semear o futuro entre seca e custos elevados».

Tomate para indústria: produção e produtividade

Toneladas / kg por hectare

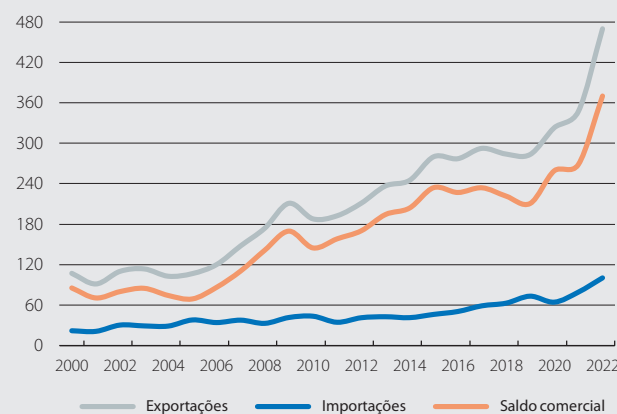
Milhares



Fonte: BPI Research, a partir de dados do INE.

Tomate e derivados: balanço comercial

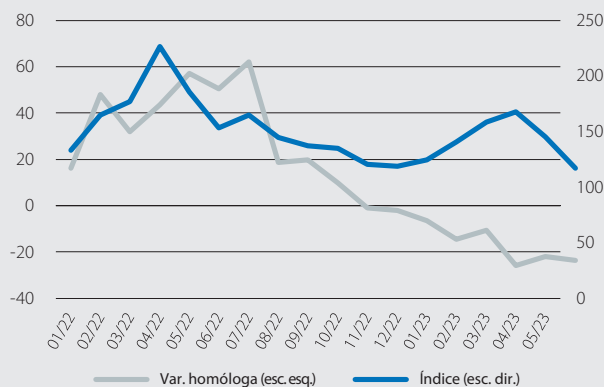
Milhões de eur



Fonte: BPI Research, a partir de dados do INE.

Tomate: Índice de preços de produtos agrícolas no produtor

Var. homóloga (%) / índice (2015 = 100)



Fonte: BPI Research, a partir de dados do INE.

Indicadores de atividade e emprego

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	4T 2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	09/23	10/23	11/23
Índice coincidente para a atividade	3,6	5,8	4,2	4,0	4,2	4,2	4,0	2,8	...
Indústria									
Índice de produção industrial	4,5	0,4	-0,3	1,0	-5,0	-4,7	-6,3	-1,0	...
Indicador de confiança na indústria (valor)	-5,3	-3,4	-6,3	-5,0	-5,6	-9,4	-9,7	-10,2	-9,1
Construção									
Licenças de construção - habitação nova (número fogos)	13,5	6,2	13,6	9,0	-1,2	-63,6	8,4	...	...
Compra e venda de habitações	20,5	1,3	-16,0	-20,8	-22,9	...	-	-	-
Preço da habitação (euro / m ² - avaliação bancária)	8,6	13,8	13,6	12,9	9,1	8,1	7,8	8,2	...
Serviços									
Turistas estrangeiros (acum. 12 meses)	51,5	158,9	158,9	117,2	52,6	24,9	24,9	22,1	...
Indicador de confiança nos serviços (valor)	0,1	15,1	9,9	11,1	13,4	5,8	2,8	-0,8	-1,0
Consumo									
Vendas no comércio a retalho	4,9	4,8	0,0	1,7	3,0	1,5	1,2	0,7	...
Indicador coincidente do consumo privado	4,9	3,9	1,8	2,2	2,9	3,1	3,1	2,1	...
Indicador de confiança dos consumidores (valor)	-17,2	-29,7	-37,0	-35,1	-29,4	-22,8	-22,9	-25,1	-28,2
Mercado de trabalho									
População empregada	2,2	2,3	1,2	1,4	2,8	2,2	1,5	1,1	...
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	6,7	6,2	6,6	7,2	6,1	6,1	6,6	6,7	...
PIB	5,7	6,8	3,4	2,5	2,6	1,9	-	-	-

Preços

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	4T 2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	09/23	10/23	11/23
Inflação global	1,3	7,8	9,9	8,0	4,4	3,5	3,6	2,1	1,6
Inflação subjacente	0,8	5,6	7,2	7,1	5,7	4,4	4,1	3,5	2,9

Setor externo

Saldo acumulado durante os últimos 12 meses em milhares de milhões de euros, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	4T 2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	09/23	10/23	11/23
Comércio de bens									
Exportações (variação homóloga, acum. 12 meses)	18,3	23,2	23,2	21,6	11,8	3,1	3,1	...	...
Importações (variação homóloga, acum. 12 meses)	22,0	31,7	31,7	24,5	12,5	1,0	1,0	...	...
Saldo corrente	-1,6	-2,8	-2,8	-1,2	1,5	4,1	4,1	...	...
Bens e serviços	-5,5	-4,7	-4,7	-2,8	-0,3	2,1	2,1	...	...
Rendimentos primários e secundários	3,9	1,9	1,9	1,6	1,9	2,0	2,0	...	...
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	2,1	-0,5	-0,5	1,5	4,5	7,3	7,3	...	...

Crédito e depósitos dos setores não financeiros

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	4T 2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	09/23	10/23	11/23
Depósitos¹									
Depósitos das famílias e empresas	9,3	6,4	6,4	0,5	-2,1	-2,6	-2,6	-2,7	...
À vista e poupança	16,3	7,3	7,3	-3,1	-9,0	-9,4	-9,4	-11,4	...
A prazo e com pré-aviso	1,2	5,2	5,2	5,4	7,5	6,9	6,9	9,3	...
Depósitos das Adm. Públicas	-4,1	12,4	12,4	11,1	1,4	5,5	5,5	8,3	...
TOTAL	9,0	6,5	6,5	0,8	-2,0	-2,4	-2,4	-2,4	...
Saldo vivo de crédito¹									
Setor privado	2,9	1,8	1,8	0,0	-1,2	-2,0	-2,0	-2,3	...
Empresas não financeiras	2,2	-0,4	-0,4	-2,1	-3,5	-3,8	-3,8	-4,3	...
Famílias - habitações	3,3	3,2	3,2	1,5	0,1	-0,9	-0,9	-1,2	...
Famílias - outros fins	3,0	2,9	2,9	0,0	0,4	-0,8	-0,8	-0,6	...
Administrações Públicas	3,8	-2,7	-2,7	-2,0	0,6	-1,4	-1,4	-3,1	...
TOTAL	2,9	1,7	1,7	-0,1	-1,1	-2,0	-2,0	-2,3	...
Taxa de incumprimento (%)²	3,7	3,0	3,0	3,1	3,1	...	-	-	-

Notas: 1. Residentes em Portugal. As variáveis de crédito incluem titularizações. 2. Dado fim do período.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE, do Banco de Portugal e Refinitiv.